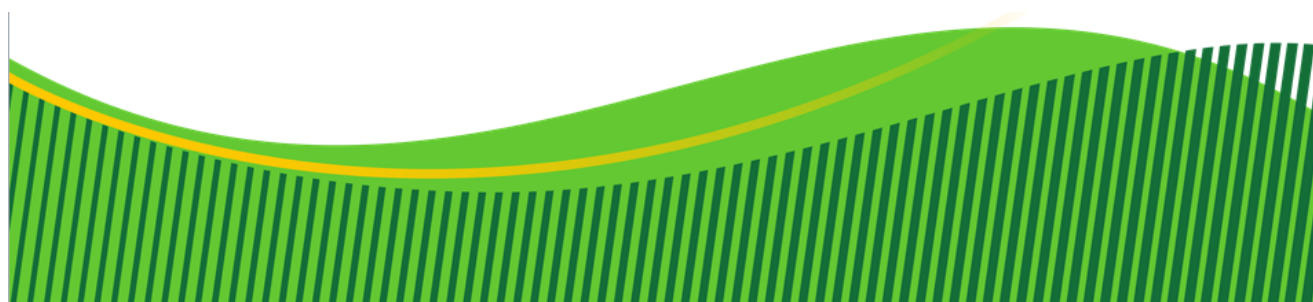


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales
RS
Encantado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	1.655.093	1.505.448	CIRCULANTE	309.690	251.864
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.088	5.147	DEPÓSITOS (NOTA 12)	164.802	121.032
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	302.383	256.258	Depósitos à Vista	145.390	98.422
Carteira Própria	302.383	256.258	Depósitos Interfinanceiros	-	1.179
			Depósitos a Prazo	19.412	21.431
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.074.093	1.017.518	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	79.482	66.245
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	16	6	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	-
Depósitos no Banco Central	-	414	Repesses Interfinanceiros (NOTA 13)	79.479	66.245
Correspondentes no país	8	165			
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	1.074.069	1.016.933	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.189	1.645
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	244.640	204.904	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.189	1.645
Operações de Crédito	291.072	246.593	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	13.111
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(46.432)	(41.689)	Empréstimos País - Outras Instituições	-	13.111
OUTROS CRÉDITOS	27.826	21.556	OUTRAS OBRIGAÇÕES	63.217	49.831
Créditos por Avals e Fianças Honorados (NOTA 07)	202	137	Cobrança e Arrecadação de Tributos	211	116
Rendas a Receber	1.969	1.851	Sociais e Estatutárias	5.699	4.488
Créditos Específicos	201	189	Fiscais e Previdenciárias	1.483	1.384
Diversos (NOTA 07 e 08)	26.869	20.383	Diversas (NOTA 15)	55.824	43.843
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.415)	(1.004)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	63	65			
Outros Valores e Bens	4.705	3.883			
(Provisão para desvalorização)	(4.682)	(3.861)			
Despesas Antecipadas	40	43			
NÃO CIRCULANTE	321.718	204.332	NÃO CIRCULANTE	1.253.588	1.101.884
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	59.519	2.145	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.240.172	1.094.495
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	59.519	2.145	Depósitos Interfinanceiros	15.071	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	181.638	123.882	Depósitos a Prazo	1.225.101	1.094.495
Operações de Crédito	226.376	162.176	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	13.416	7.389
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(44.738)	(38.294)	Repesses Interfinanceiros	13.416	7.389
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	3	2			
Diversos	3	2			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	36.550	34.503	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	413.533	356.032
Outros Investimentos	36.550	34.503	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	156.208	135.989
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	36.742	38.012	De Domiciliados no País	156.332	136.053
Imóveis de Uso	30.943	30.943	(Capital a Realizar)	(124)	(64)
Outras Imobilizações de Uso	15.504	15.187	RESERVAS DE SOBRAS	234.851	199.716
(Depreciação acumulada)	(9.705)	(8.118)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	7.266	5.788	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.474	20.327
Outros Ativos Intangíveis	14.266	11.312			
(Amortização acumulada)	(7.000)	(5.524)			
TOTAL DO ATIVO	1.976.811	1.709.780	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.976.811	1.709.780

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	60.459	-	60.459	115.684	-	115.684	120.671	-	120.671
Operações de Crédito	48.976	-	48.976	95.294	-	95.294	87.592	-	87.592
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	11.483	-	11.483	20.390	-	20.390	33.079	-	33.079
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(44.883)	(84)	(44.967)	(88.476)	(153)	(88.629)	(114.307)	(397)	(114.704)
Operações de Captação no Mercado	(34.014)	(84)	(34.098)	(66.542)	(153)	(66.695)	(89.426)	(105)	(89.531)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.614)	-	(2.614)	(5.145)	-	(5.145)	(4.689)	(292)	(4.981)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.255)	-	(8.255)	(16.789)	-	(16.789)	(20.192)	-	(20.192)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.576	(84)	15.492	27.208	(153)	27.055	6.364	(397)	5.967
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	7.199	5.967	13.166	19.711	10.926	30.637	41.570	8.877	50.447
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.708	8.512	13.220	9.428	16.054	25.482	8.763	13.325	22.088
Rendas de Tarifas Bancárias	2.998	-	2.998	5.692	-	5.692	4.716	-	4.716
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(17.654)	(1.280)	(18.934)	(33.447)	(2.257)	(35.704)	(31.167)	(1.988)	(33.155)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.051)	(1.222)	(10.273)	(17.464)	(2.195)	(19.659)	(16.928)	(1.668)	(18.596)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(42)	(359)	(401)	(86)	(680)	(766)	(86)	(526)	(612)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	37.076	843	37.919	76.340	1.004	77.344	93.360	347	93.707
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(10.836)	(527)	(11.363)	(20.752)	(1.000)	(21.752)	(17.088)	(613)	(17.701)
RESULTADO OPERACIONAL	22.775	5.883	28.658	46.919	10.773	57.692	47.934	8.480	56.414
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(958)	(1)	(959)	(911)	206	(705)	(289)	47	(242)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	21.817	5.882	27.699	46.008	10.979	56.987	47.645	8.527	56.172
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	442	442	-	212	212	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	267	267	-	153	153	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	175	175	-	59	59	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	21.817	6.324	28.141	46.008	11.191	57.199	47.645	8.527	56.172
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.191	(11.191)	-	8.527	(8.527)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.817	6.324	28.141	57.199	-	57.199	56.172	-	56.172
DESTINAÇÕES	-	-	-	(34.725)	-	(34.725)	(35.845)	-	(35.845)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.256)	-	(7.256)	(8.709)	-	(8.709)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.497)	-	(2.497)	(2.259)	-	(2.259)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(24.972)	-	(24.972)	(22.586)	-	(22.586)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(2.291)	-	(2.291)
SOBRAS A DISPOSICÃO DA AGO	-	-	-	22.474	-	22.474	20.327	-	20.327

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	114.945	164.352	20.974	300.271
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.427	-	(10.427)	-
Destinações para reservas	-	10.487	(10.487)	-
Outras destinações	-	-	(60)	(60)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.423	-	-	5.423
Baixas de capital	(3.426)	-	-	(3.426)
Resultado do período	-	-	56.172	56.172
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.259)	(2.259)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.586	(22.586)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.620	-	(8.709)	(89)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.291	(2.291)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	135.989	199.716	20.327	356.032
Mutações do Período	21.044	35.364	(647)	55.761
Saldos no início do período em 01/01/2018	135.989	199.716	20.327	356.032
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.120	-	(10.120)	-
Destinações para reservas	-	10.163	(10.163)	-
Outras destinações	-	-	(44)	(44)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.644	-	-	6.644
Baixas de capital	(3.755)	-	-	(3.755)
Resultado do período	-	-	57.199	57.199
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.497)	(2.497)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.972	(24.972)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.210	-	(7.256)	(46)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	156.208	234.851	22.474	413.533
Mutações do Período	20.219	35.135	2.147	57.501
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	147.233	209.879	29.058	386.170
Capital de associados				
Aumento de capital	3.504	-	-	3.504
Baixas de capital	(1.739)	-	-	(1.739)
Resultado do período	-	-	28.141	28.141
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.497)	(2.497)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.972	(24.972)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.210	-	(7.256)	(46)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	156.208	234.851	22.474	413.533
Mutações do Período	8.975	24.972	(6.584)	27.363

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	32.811	71.432	71.253
Resultado do semestre/exercício	28.141	57.199	56.172
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.670	14.233	15.081
Provisão para operações de crédito	4.021	11.187	12.841
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	931	821	155
Provisão para desvalorização de outros créditos	324	411	272
Depreciação do imobilizado de uso	1.320	2.617	2.210
Amortização do intangível	780	1.477	1.392
Baixas do ativo permanente	24	51	54
Provisão para passivos contingentes	8	132	11
Destinações ao FATES	(2.497)	(2.497)	(2.259)
Dividendos SicrediPar	(241)	34	405
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	19.958	(9.752)	173.582
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(46.954)	(57.374)	(369)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	12.362	(46.125)	56.932
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.263	(9)	4
(Aumento) Redução em créditos vinculados	222	414	(414)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	118	157	(67)
(Aumento) em operações de crédito	(70.145)	(108.679)	(63.529)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	10.477	19.263	5.110
(Aumento) em outros créditos	(4.610)	(6.715)	(3.692)
(Aumento) em outros valores e bens	(731)	(819)	(159)
Aumento em depósitos	113.706	189.448	179.186
Aumento em relações interdependências passivas	1.581	544	278
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(15.620)	(13.111)	(37)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(553)	(1.484)	(1.536)
Aumento em outras obrigações	16.842	14.738	1.875
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	52.769	61.680	244.835
Aquisição de Investimentos	-	(2.047)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(297)	(1.400)	(3.944)
Aplicações no Intangível	(977)	(2.955)	(1.647)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.275)	(6.402)	(5.591)
Integralização de capital	3.504	6.644	5.423
Baixa de capital	(1.739)	(3.755)	(3.426)
Juros ao capital próprio	(46)	(46)	(89)
Distribuição de Sobras	-	(44)	(60)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.719	2.799	1.848
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	53.214	58.077	241.092
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.026.943	1.022.080	780.988
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	1.080.157	1.080.157	1.022.080

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de Fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.088	5.147
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	1.074.069	1.016.933
Total	1.080.157	1.022.080

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	59.519	2.145
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	56.630	-
DI entre Banco e Cooperativas	606	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.283	2.145
Total não circulante	59.519	2.145

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	-	20.812
FI Renda Fixa Crédito Privado Sicredi Coop	302.383	235.446
Total circulante	302.383	256.258

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	199.777	186.652	386.429	307.054
Financiamentos	12.383	25.590	37.973	28.492
Financiamentos rurais e agroindustriais	78.912	14.134	93.046	73.223
Carteira total	291.072	226.376	517.448	408.769

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	202	-	202	137
Títulos e créditos a receber (i)	23.708	3	23.711	16.714
Total	23.910	3	23.913	16.851

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	2	-	-	-
Nível A	0,50	78.832	60.105	394	301
Nível B	1,00	71.778	54.124	718	541
Nível C	3,00	41.967	28.250	1.259	848
Nível D	10,00	218.736	159.958	21.874	15.996
Nível E	30,00	71.083	64.525	21.325	19.358
Nível F	50,00	16.841	21.730	8.421	10.865
Nível G	70,00	12.427	14.929	8.699	10.450
Nível H	100,00	29.695	21.999	29.695	21.999
Total (i)		541.361	425.620	92.385	80.358

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 200 (2017 - R\$ 629).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.234	48.032	60.403	95.401	206.070	175.011
Rural	20	3.947	74.945	14.134	93.046	73.223
Industrial	231	15.258	25.413	50.293	91.195	59.699
Comércio	204	16.124	26.680	38.302	81.310	66.705
Outros Serviços	229	14.725	26.537	28.249	69.740	50.982
Total	2.918	98.086	213.978	226.379	541.361	425.620

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	106.215	19,62	79.055	18,57
50 devedores seguintes	79.014	14,60	62.607	14,71
100 devedores seguintes	58.662	10,84	46.885	11,02
Demais	297.470	54,94	237.073	55,70
Total	541.361	100	425.620	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	80.987	67.874
Constituição de provisão	16.789	20.192
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.191)	(7.079)
Saldo final	92.585	80.987

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.225 (2017 - R\$ 4.394), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.403 (2017 - R\$ 33.883).

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 218.567 (2017 - R\$ 195.932) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 23). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 16.824 (2017 - 15.179) conforme Nota 15.

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	80	80
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	741	2.552
Devedores por depósitos em garantia	56	32
Impostos e contribuições a compensar	757	715
Títulos e créditos a receber (ii)	23.708	16.712
Valores honrados	-	13
Operações com cartões	618	47
Pendências a regularizar	100	9
Outros	809	223
Total Circulante	26.869	20.383
Títulos e créditos a receber	3	2
Total não circulante	3	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se a valores a receber de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	4.682	3.861
Imóveis	4.044	3.164
Veículos e afins	77	136
Bens em regime especial	561	561
Material em estoque	23	22
Despesas antecipadas	40	43
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4.682)	(3.861)
Total Circulante	63	65

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4.682 (2017 - R\$ 3.861) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	21.554	19.507
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	36.550	34.503

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON 10.132.814 PN	4.861.754 ON 10.132.814 PN	1	1	21.554.423	19.507.016
Percentual de participação	1,70%	1,71%	0,62%	0,61%	5,62%	5,56%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	21.554	19.507

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	46.447	(9.705)	36.742	38.012
Imobilizações em curso	-	53	-	53	299
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	26.985	(2.630)	24.355	25.434
Instalações	10%	3.290	(1.244)	2.046	1.960
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.101	(2.583)	3.518	3.890
Sistema de comunicação	10%	251	(117)	134	140
Sistema de processamento de dados	20%	4.279	(2.586)	1.693	1.657
Sistema de segurança	10%	1.016	(434)	582	581
Sistema de transporte	20%	514	(111)	403	93
Intangível (i)		14.266	(7.000)	7.266	5.788
Investimentos Confederação		14.266	(7.000)	7.266	5.788
Total		60.713	(16.705)	44.008	43.800

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	145.390	-	-	145.390	98.422
Depósitos Interfinanceiros	-	-	15.071	15.071	1.179
Depósitos a prazo	19.400	12	1.225.101	1.244.513	1.115.926
Total	164.790	12	1.240.172	1.404.974	1.215.527

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	79.479	65.582
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	79.479	65.582
Outros Recursos	-	663
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	663
Total circulante	79.479	66.245
Recursos do Crédito Rural	13.416	7.389
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	13.416	7.389
Total não circulante	13.416	7.389

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	13.111
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	13.111
Total circulante	-	13.111

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	1.298	885
Obrigações por convênios oficiais	1	1
Despesas de Pessoal	9.364	8.922
Outras despesas administrativas	2.185	808
Outros pagamentos	321	308
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	185	53
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	16.824	15.179
Pendências a regularizar	337	9
Operações com cartões	23.444	16.149
Demais fornecedores	878	542
Credores diversos	987	987
Total circulante	55.824	43.843

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	40	109	(54)	95
Cível	13	109	(32)	90
Total	53	218	(86)	185

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	95	40
Cível	Provável	90	13
Total		185	53

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 223; R\$ 203 (2017 - R\$ 330 e R\$ 203), respectivamente.

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS) lavrou Auto de Lançamento em face da Cooperativa pela suposta ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 203, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	156.208	135.989
Total de associados	63.761	61.038

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 20.219 (2017 – R\$ 21.044), sendo R\$ 17.330 (2017 – R\$ 19.047) via integralização de resultados e R\$ 6.644 (2017 – R\$ 5.423), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.755 (2017 – R\$ 3.426).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.256, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	56.987	56.172
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(23.935)	(23.592)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	16	-
Provisão resgate de milhas cartão	74	42
Provisão PPR	3	62
Receita com atos cooperativos	19.323	20.011
Juros sobre capital próprio	3.048	3.658
Outros	1.683	(181)
Subtotal	24.147	23.592
IRPJ e CSLL registrados no resultado	212	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	59.519	2.145
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	302.383	256.258
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	1.074.069	1.016.933
Outros Créditos - Rendas a receber	1.556	1.474
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	677	2.605
Investimentos (Nota 10)	36.550	34.503
Intangível (Nota 11)	7.266	5.788
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	-	1.179
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	92.895	73.634
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	13.111
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	23.595	16.220
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	20.390	33.079
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	9.916	8.626
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	65.419	84.755
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	17	156
Operações de Empréstimos e Repasses	5.145	4.981
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.526	1.269
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	9.304	8.684

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas nas mesmas condições às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	459	0,32%	162
Depósitos a prazo	14.635	1,18%	13.071
Operações de crédito	3.549	0,69%	3.362

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (diretores e conselheiros de administração). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores e Conselheiros de Administração.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.761	3.657

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	771	711
Despesa de aluguéis	1.572	1.571
Despesa de comunicação	1.220	1.228
Despesa de manutenção e conservação	1.243	1.304
Despesa de material	398	453
Despesa processamento dados	318	245
Despesa de promoções e relações públicas	2.411	2.330
Despesa de propaganda e publicidade	250	302
Despesa de seguro	87	93
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.978	1.904
Despesa de serviços de terceiros	565	576
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.354	1.296
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.423	1.004
Despesa de serviços de transportes	693	888
Despesa de viagem	504	6
Despesa de depreciação	2.617	2.209
Outras despesas administrativas	2.255	2.476
Total	19.659	18.596

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	2.241	2.033
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	64.186	83.101
Reversão de provisões de coobrigações	4.474	1.986
Reversão de provisões de pessoal	3.885	4.496
Outras reversões de provisões operacionais	85	56
Outras rendas operacionais	2.473	2.035
Total	77.344	93.707

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.496	3.315
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	331	329
Contribuição Confederação Sicredi	6.459	5.465
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	773	719
Encargos da administração financeira	425	472
Repasse administradora de Cartões	337	616
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.477	1.392
Provisões de Coobrigações	5.742	2.219
Provisões impostos folha	1.809	1.710
Outras provisões operacionais	221	66
Outras despesas operacionais	2.564	1.289
Total	21.752	17.701

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	218.567	195.932
Total	218.567	195.932

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	406.267	352.062
Nível I (NI)	406.267	352.062
Capital principal - CP	406.267	352.062
Capital social	156.208	135.989
Reservas de capital	234.851	199.716
Lucros acumulados	22.474	20.327
Ajustes Prudenciais	(7.266)	(3.970)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.085.497	895.723
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.144	1.032
Margem de Capital (i)	288.147	256.980
Índice de Basileia (PR / RWA)	37,43%	39,30%
Situação de Imobilização (Imob)	36.743	39.831
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,04%	11,31%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Vitor Antônio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Fabrizio Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20